LUMEN ET VIRTUS
ISSN: 2177-2789

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL EM ITUIUTABA-MG

THE INSTITUTIONALIZATION OF SPECIAL EDUCATION IN ITUIUTABA-MG

LA INSTITUCIONALIZACIÓN DE LA EDUCACIÓN ESPECIAL EN ITUIUTABA-MG

https://doi.org/10.56238/levv16n51-098

Data de submissão: 29/07/2025 **Data de publicação:** 29/08/2025

Sauloéber Tarsio de Souza
Doutorado em Educação
Instituição: Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)
E-mail: sauloeber@gmail.com

Mírian da Paz Braga
Mestranda em Educação
Instituição: Universidade Federal de Uberlândia
E-mail: mypbraga@gmail.com
Orcid: 0009-0001-9034-6595

RESUMO

A presente pesquisa se refere a gênese da educação especial em Ituiutaba-MG, que se concretiza com a criação do Instituto Municipal dos Excepcionais – IMEX na década de 1970, que se torna o espaço educacional das pessoas com deficiências naquele período, em especial aos surdos, o primeiro público da determinada instituição, os surdos por muito tempo não teve garantido os seus direitos a educação, a herança, a cidadania., assim como qualquer pessoa com deficiência, tiveram marcas de uma negação de direitos em sua trajetória histórica, sendo pessoas que viveram "excluídos". "Inválidos", "alienados", "incapazes", "defeituosos", "inúteis", "portadores" assim eram alguns dos estereótipos utilizados desde a antiguidade para referir à pessoa com necessidades especiais. "Estes termos eram utilizados com frequência até a década de 80 (Sassaki, 2006). Nesse cenário de exclusão, o surgimento de instituições especializadas representou uma conquista significativa, tanto no Brasil quanto em nível local. Em nível nacional se destaca a criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos (1854) e do Instituto Nacional de Educação de Surdos (1856), considerados marcos na organização da educação especial. No município de Ituiutaba, a fundação do IMEX, em 1971, pela iniciativa de agentes públicos e civis, foi um passo decisivo para a oferta de ensino a crianças até então denominadas "excepcionais". Inicialmente voltado para o atendimento de surdos, o Instituto estendeu suas ações a outras deficiências, tornando-se referência na cidade e contribuindo para a educação especial em Ituiutaba. A metodologia utilizada para pesquisa adota abordagem histórica, fundamentada em revisão bibliográfica e pesquisa documental. Sendo levantados referenciais acadêmicos (Buffa e Nosella, 2007; Ribeiro, 2011; Santos, 2010, entre outros) e analisados documentos como atas de reuniões, regimentos internos, pastas de alunos, legislações municipais, fotografias da época, como também a história oral na intenção de recordar e construir as narrativas histórica da educação especial local.

Palavras-chave: Pessoa com Deficiência. Instituto Municipal dos Excepcionais. Pontal do Triângulo Mineiro.

ABSTRACT
The present research refers to the genesis of special education in Ituiutaba, Minas Gerais, which was consolidated with the creation of the Municipal Institute for Exceptional Children (Instituto Municipal dos Excepcionais – IMEX) in the 1970s. This institution became the educational space for people with disabilities at that time, especially for the deaf, who constituted its first target group. For a long time, deaf individuals did not have their rights to education, inheritance, or citizenship guaranteed. Like other people with disabilities, they bore the marks of a historical trajectory characterized by the denial of rights, being considered "excluded." Terms such as "invalids," "alienated," "incapable," "defective," "useless," and "bearers" were among the stereotypes used since antiquity to refer to people with special needs. "These terms were frequently used until the 1980s" (Sassaki, 2006). Within this scenario of exclusion, the emergence of specialized institutions represented a significant achievement, both at the national and local levels. Nationally, the creation of the Imperial Institute for Blind Boys (1854) and the National Institute for the Education of the Deaf (1856) stand out as landmarks in the organization of special education in Brazil. In Ituiutaba, the foundation of IMEX in 1971, through the initiative of public and civil agents, marked a decisive step in providing education to children who were then referred to as "exceptional." Initially aimed at serving deaf students, the Institute later expanded its activities to other disabilities, becoming a local reference and contributing to the development of special education in the city. The methodology adopted for this research follows a historical approach, grounded in bibliographic review and documentary research. Academic references (Buffa & Nosella, 2007; Ribeiro, 2011; Santos, 2010, among others) were consulted, along with the analysis of documents such as meeting minutes, internal regulations, student records, municipal legislation, photographs from the period, and oral history, with the aim of recovering and constructing the historical narratives of special education at the local level.

Keywords: Person with Disability. Municipal Institute for Exceptional Children. Pontal do Triângulo Mineiro.

RESUMEN
Esta investigación aborda la génesis de la educación especial en Ituiutaba, Minas Gerais, que culminó con la creación del Instituto Municipal para Personas con Discapacidad (IMEX) en la década de 1970. El IMEX se convirtió en el espacio educativo para personas con discapacidad en aquella época, especialmente para las personas sordas, su principal público objetivo. Durante mucho tiempo, a las personas sordas se les negaron sus derechos a la educación, la herencia y la ciudadanía. Como cualquier persona con discapacidad, se vieron marcadas por la negación de derechos a lo largo de su historia, convirtiéndose en personas que vivían en un estado de exclusión. "Discapacitadas", "alienadas", "incapaces", "defectuosas", "inútiles" y "portadoras" fueron algunos de los estereotipos utilizados desde la antigüedad para referirse a las personas con necesidades especiales. Estos términos se usaron con frecuencia hasta la década de 1980 (Sassaki, 2006). En este contexto de exclusión, el surgimiento de instituciones especializadas representó un logro significativo, tanto en Brasil como a nivel local. A nivel nacional, destaca la creación del Instituto Imperial para Niños Ciegos (1854) y del Instituto Nacional para la Educación de los Sordos (1856), considerados hitos en la organización de la educación especial. En el municipio de Ituiutaba, la fundación del IMEX en 1971, por iniciativa de agentes públicos y civiles, fue un paso decisivo para ofrecer educación a niños anteriormente considerados "excepcionales". Inicialmente centrado en la atención a sordos, el Instituto extendió sus actividades a otras discapacidades, convirtiéndose en un referente en la ciudad y contribuyendo a la educación especial en Ituiutaba. La metodología empleada para esta investigación adopta un enfoque histórico, basado en la revisión bibliográfica y la investigación documental. Se recopilaron referencias académicas (Buffa y Nosella, 2007; Ribeiro, 2011; Santos, 2010, entre otros) y se analizaron documentos como actas de reuniones, reglamentos internos, expedientes estudiantiles, legislación municipal, fotografías de época, así como historia oral, con el objetivo de recordar y construir narrativas históricas de la educación especial local.

Palabras clave: Personas con Discapacidad. Instituto Municipal de Excepcionales. Pontal do Triângulo Mineiro.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo aborda a gênese da educação especial em Ituiutaba-MG[1], que se dá com o surgimento da primeira instituição voltada para pessoas com deficiência (1971), denominada Instituto Municipal dos Excepcionais – IMEX, uma instituição histórica que desempenhou papel fundamental no atendimento de pessoas com deficiência em Ituiutaba. O IMEX surge com a proposta inicial de atendimento as pessoas surdas, no entanto com a expansão passa a incluir outras deficiências ao longo dos anos, uma instituição municipal pioneira, desempenhou um papel essencial na construção de um espaço de acolhimento e aprendizado voltada ao apoio educacional de pessoas com deficiência na região, com um trabalho que germinou e enraizou a educação das pessoas com deficiência. Diante disso, o estudo buscou resgatar a trajetória e a importância do IMEX, que marcou a história da educação especial no município e trouxe impactos significativos para a sociedade local.

Este resgate se torna necessário para compreender a evolução da educação especial e refletir sobre os esforços iniciais que pavimentaram o caminho para as políticas atuais de inclusão. A exclusão das pessoas com deficiência foram questões predominantes durante muito tempo. Tal investigação contribuirá para a valorização e preservação da memória educacional da cidade, destacando as práticas pedagógicas e os profissionais que participaram da criação desse sistema de ensino inclusivo.

O estudo de instituições escolares é essencial para a compreensão dos processos históricos, sociais e pedagógicos que moldaram a educação em diferentes contextos. Segundo Nosella e Buffa (2006), investigar a história de uma instituição escolar nos permite conhecer as práticas e os desafios enfrentados no desenvolvimento do ensino, bem como compreender as condições sociopolíticas que influenciaram sua criação e expansão. Outro aspecto relevante, como destaca Gondra (2005), é a análise das transformações sociais que se refletem nas políticas e nos métodos educacionais adotados pelas instituições. Toledo e Andrade (2014) enfatizam ainda que as instituições escolares não são apenas espaços de transmissão de conhecimento, mas também de produção de cultura, onde valores e normas sociais são reproduzidos e, muitas vezes, questionados e transformados. Assim, resgatar a história de uma instituição, é contribuir para a preservação da memória coletiva e para a valorização dos esforços que impulsionaram a inclusão educacional, reforçando a importância de práticas pedagógicas que atendam à diversidade da sociedade.

As Instituições surgem como produto de atendimento as necessidades de um determinado público, conforme cita Toledo e Andrade (2014):

[1] Município localizado Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. (Rezende e Rosendo, 2008) Ituiutaba é uma fusão de vocábulos tupis que significa 'povoação do rio Tijuco'. Os primitivos habitantes do município eram ameríndios, pertencentes ao grupo Gê, também chamados caiapós. Uma das tribos que deixaram fama na região foi a dos panariás, muito bem estudada por Alexandre Barbosa, de Uberaba. Por fim ela foi aldeada na atual povoação de São Francisco de Sales, às margens do Rio Grande, no vizinho município de Campina Verde (IBGE, 2015). Link: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/ituiutaba/historico.

> A instituição é produto da ação humana. Ela é voltada a atender a necessidades presentes. No caso das instituições escolares, especificamente, é correto dizer que elas surgem para atender a necessidades humanas, pois não é toda e qualquer necessidade que requer uma instituição. (Toledo e Andrade, 2014, p 181)

Faz-se necessário a compreensão sobre essas instituições a fim de compreendermos a história de uma determinada sociedade, todavia falar sobre História das Instituições Escolares, se tornou um campo de pesquisa que veio se intensificando ao longo dos anos e ganhando relevância, a pesquisa sobre instituições escolares conquistou amplo espaço nos programas de pós-graduação em educação, durante os governos militares conforme Nosella e Buffa (2008):

> (...) criação e expansão dos Programas de Pós-Graduação em Educação durante os governos militares, situa-se nas décadas de 1970 e 1980. Duas características fundamentais qualificam a pesquisa em educação nesse momento: a institucionalização da pós-graduação que acarretou a escolarização da produção da pesquisa e a reação aos militares que propiciou o desenvolvimento de um certo pensamento crítico em educação. (Nosella e Buffa, 2008, p.15)

Ao analisar as características de uma determinada instituição, possibilita conhecermos sobre o contexto histórico-político e social de sua origem. Nosella e Buffa (2006, p.7), analisa diversos tipos de pesquisas de pós-graduação com foco em instituições escolares, descreve que os estudos de instituição privilegiam certos aspectos tais aspectos como:

> A formação dos professores, a evolução do currículo, experiências pedagógicas, inovadoras etc. Quanto as principais fontes utilizadas, podemos citar: legislação, documentos oficiais da criação da instalação da escola, recuperação da memória dos dirigentes, professores, ex-alunos, entrevistas e questionários, livros didáticos, diários de classe, currículo e programa das disciplinas, cadernos dos alunos, materiais didáticos, jornais da época, fotografias etc. (Nosella e Buffa 2006, p.7)

Nesse olhar histórico partindo desses aspectos que vai muito além de conhecer uma instituição, é a imersão ao conhecimento de uma determinada comunidade, cuja fora a base e percursores para que o caminho fosse trilhado e aberto aos diferentes no atual momento, assim, torna-se necessário a investigação e através desta pesquisa privilegiar esta história, o começo de uma educação antes não existente.

Pautamos nesses autores para compreendermos como se construiu a história da pessoa com deficiência aos longos dos anos, recordando que foi um processo complexo, de muitas marcas, no entanto que teve muitas lutas e conquistas no campo educacional e social. Na construção deste texto realizamos pesquisa bibliográfica, o levantamento de informações em diversos referenciais: livros, Catálogo de Teses & Dissertações - CAPES, artigos, dossiês, relatórios disponíveis digitalmente. A pesquisa bibliográfica contribui para construção de uma investigação, “é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Gil (2008). Sgarbi et. Al (2022)

> Pesquisas bibliográficas não devem ser confundidas com revisão de literatura ou com o estado da arte. A revisão de literatura é apenas uma etapa da pesquisa bibliográfica. Essa etapa contribui para a delimitação do tema; a identificação e a reiteração de aportes significativos das teorias sobre o tema da pesquisa; o reconhecimento dos limites e lacunas na disseminação de pesquisas sobre o tema; e a busca de espaços potenciais para novas pesquisas no respectivo campo e para a construção do argumento sobre a importância da investigação. (Sgarbi et. al 2022, p.12)

Os caminhos metodológicos são essenciais nesse processo, o levantamento das obras, conforme Pereira (2018) apud Sgarbi et. al (2022) é a primeira etapa da pesquisa bibliográfica, e "consiste no levantamento de obras diversas sobre o tema investigado, procedimento que envolve a avaliação cuidadosa da potencialidade de cada texto selecionado, de modo a sustentar as proposições do estudo". Além dos autores bases tais como: Jannuzzi () Rocha (2007), Souza (), Buffa e Nosella (2007), Ribeiro (2011); Santos (2010), as Leis como Constituição Federal de 1988; Lei de Diretrizes e Bases - LDB 9394/96; Declaração de Salamanca; Legislação Municipal de Criação do Instituto, Regimento Interno, como pesquisa documental através de consulta aos acervos públicos e privados para análise de registros tais como: atas documentais de reuniões existentes, pastas individuais dos alunos existentes, regimento interno, leis municipais de criação do Instituto, fotografias, como jornais da época, como também a legislação brasileira: Constituição Federal de 1988; Lei de Diretrizes e Bases - LDB 9394/96; Declaração de Salamanca entre outras. Na busca da memória e valorização dos personagens participantes desse processo histórico, a história oral como essência que corroboram para esta construção dessa investigação histórica.

A história oral surgiu nos anos de 1950 nos países da Europa Ocidental e Estados Unidos, de acordo com Ferreira (1998, p. 19), "seu compromisso inicial, como já se assinalou tantas vezes, foi o de "dar voz aos excluídos e marginalizados". No Brasil data-se que as primeiras experiências realizadas ocorreram a partir de 1975[2], nos cursos voltados para professores e pesquisadores de história e ciências sociais na fundação Getúlio Vargas no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. "Em 1975 foi lançado um curso de pós-graduação de história oral, contando com professores americanos e 35 alunos de todo país. Ministrado na Fundação Getúlio Vargas contava com o patrocínio da Fundação Ford e da CAPES. (Ribeiro, 2011, p.111)

Recortar a história, "é uma das principais formas de nos identificarmos quando narramos uma história. Ao narrar uma história, identificamos o que pensamos que éramos no passado, quem pensamos que somos no presente e o que gostaríamos de ser." (Thompson, 1997. p.7) está relacionado com processo de reflexão tanto com passado, presente e futuro, podendo provocar no narrador ajustes a sua identidade e aspirações atuais. "A história oral pode contribuir no sentido de atender as demandas, as realidades e anseios ao registrar a experiência humana." (Ribeiro, 2011, p. 116) autor também pontua

[2] Destacamos que na década de 1970 a vigência do período civil-militar (termo apropriado dos estudos de Lima (2018, p. 16) o Brasil sofre muitas influências externas, principalmente dos Estados Unidos, e as leis 5540/68 e 5692/71 foram a comprovação disso, com reforma do ensino e a similaridade dos moldes americanos. Franco; Souza; Ribeiro, 2009.

como a contemporaneidade pode alterar os conteúdos dos arquivos históricos, uma história oral, isso não pode deixar de ser ressaltado, dado a inserção das tecnologias. Alberti (2006, p. 164 apud Ribeiro, 2011, p. 116). Portelli[3] (1998) no Dossiê História Oral: desafios para o século XXI enfatiza que a história oral "é um instrumento de luta para conquistar a realidade social e garantir o direito às identidades".

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O surdo assim como os demais indivíduos que apresentavam alguma "incapacidade" (físico, mental, visual) sempre foram conceituados como seres "anormais", ou seja, aquele que está fora do normal[4], do padrão social. Assim, na antiguidade em algumas civilizações remotas, as crianças que nascessem incomuns ao "padrão" eram exterminadas do convívio social. Naquele momento a palavra tinha uma importância muito grande, diferente de hoje que vale é o escrito, ou seja, a transmissão da cultura era muito mais oral e não escrita, assim, a pessoa incapacitada de se comunicar oralmente estaria banida das demais atividades sociais.

Os romanos privavam os Surdos que não podiam falar de todos os seus direitos legais. Eles não podiam fazer testamentos e precisavam de um curador para todos os seus negócios. Os Surdos eram tidos como incapazes de gerenciar seus atos, perdiam a sua condição de ser humano e eram confundidos como o retardado. Até o século XII, eles não podiam se casar. (Moura, 2000. p.16)

As primeiras inciativas educacionais para pessoa com deficiência no Brasil a priori surgiu para as pessoas com surdez e cegos, através do Decreto Imperial nº 1.428 em 1854, o chamado Imperial Instituto dos Meninos Cegos (atualmente Instituto Benjamin Constant) e logo depois 1957, D. Pedro II juntamente com professor surdo francês E. Huet[5], fundam o primeiro Instituto Imperial dos Surdos-Mudos, de acordo com Rocha (2007) "A escola para surdos passou a funcionar em 1º janeiro de 1856" no modelo privado, mas tem sua data de fundação alterada para 26 de setembro de 1857, quando o império acorda em arcar com as despesas do Instituto, passando a se chamar posteriormente de Instituto Nacional dos Surdos-Mudos (INSM), porém não atendiam os surdos em sua totalidade, o atendimento era para poucos, destinados principalmente para os filhos dos militares.

Outras instituições públicas e privadas vão surgindo compassadamente, no entanto a educação especial no Brasil teve grande mais ascensão com a filantropia, que emerge a partir de 1934 sendo em Minas Gerais o estado de grande influência, Sociedade Pestalozzi (1934) para o deficiente mental,

[3] Alessandro Portelli: Professor do Departamento de Anglística da Universidade de Roma "La Sapienza" e membro do Conselho da Associação Internacional de História Oral (IOHA) de 1996 a 2000, conhecido mundialmente por estudos e pesquisas nas áreas de história, ciências sociais e literatura, com extensa reflexão no campo da história oral. (1998)

[4] Segundo o dicionário estudantil de língua portuguesa, o termo normal significa (adj.) Conforme à norma ou regra, regular; habitual, usual; comum.

[5] E. Huet contraiu sarampo e ficou surdo aos 12 anos. Apresentou duas propostas para que o governo ajudasse na criação do colégio, já que, segundo ele, a maioria dos surdos pertencia a famílias pobres, e, portanto, sem condições de arcar com as despesas relativas à educação. (Rocha, 2007 p.27 - 28)

Instituto de Cegos Brasil Central – 1942 (Uberaba/MG), Associação aos Surdos Mudos (atualmente Escola para surdos “Dulce de Oliveira” – 1956.

No Rio de Janeiro em 1954 a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, a partir da chegada de Beatrice Bemis norte-americana, cuja mesma tinha uma filha com Síndrome de Down, Beatrice foi participante de aberturas de várias associações de pais e amigos dos excepcionais nos Estados Unidos, admirou-se por não haver ainda nenhuma instituição no Brasil. Assim, um grupo, formado de pais, amigos, professores e médicos de excepcionais, motivados pela própria, fundaram a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE do Brasil, em 1954 no Rio de Janeiro, tendo como objetivo o atendimento as deficiências intelectuais e múltiplas.

Em Porto Alegre - RS, a Escola Concórdia em 1954, em São Paulo surge o primeiro Instituto Educacional (IESP), fundado por pais e amigos de crianças com deficiência auditiva, anos depois de atingir um alto número de aluno, tornou assim a primeira escola para surdos que oferecia curso ginasial no Brasil, em 1969 é doado a Fundação de São Paulo e incorporado a PUC-SP, que amplia seu atendimento como CERDIC – Centro de Educação e Reabilitação dos Distúrbios da Comunicação11 e atua até os dias atuais.

No Espirito Santo, a Escola de Surdos no ano de 1957, a educação especial vai surgindo nacionalmente com poucas instituições, em sua maioria surgindo nas capitais e grandes cidades, de maneira que o atendimento especializado nos rincões do país era muito incipiente, principalmente em Ituiutaba que ocorreu mais tardio.

A partir da década de 1950 o país passa pelo chamado nacional-desenvolvimentismo que acelerou a industrialização, sob a presidência de Juscelino Kubistchek que oportunizou a entrada de grandes multinacionais no país, promovendo aumento de empregos e consequentemente exigindo mão de obra “qualificada”, causando influência na área educacional gerando assim um novo olhar para educação regular no país.

A educação pública em Ituiutaba teve grande expansão a partir desse período, pois até então o processo educacional fora moroso no que se referem à institucionalização. Essa mudança no cenário educacional no município se vê devido ao crescente número populacional, por causa do êxodo rural tornando necessária a existência de um sistema público de ensino, na inserção chamada política de modernização.

> Ituiutaba fora inserida na política de modernização nacional, à medida que sua população se tornava urbana, formando mercado consumidor em potencial, além de liberar terras para a expansão dos negócios agrícolas, o que gerava empobrecimento da população migrante, em função de que nas cidades nem sempre conseguiam sustento. (Souza, 2010. p.05.)

Os registros municipais até 1940, havia somente uma escola pública na sede do município, a Escola Estadual João Pinheiro (1908), na mesma década surgiram outras instituições, contudo eram

escolas destinadas a alunos ditos "normais", ou seja, o ensino regular, a saber: as escolas Escola Estadual Prof. Idelfonso Mascarenhas (1947) e Escola Municipal Machado de Assis (1941), Souza, 2010. Dos anos de 1950 aos anos 1970 foram criadas e construídas no município aproximadamente 20 instituições públicas regulares e surgiram às primeiras instituições para alunos com deficiências na cidade, como o IMEX (1971) e a APAE (1971).

> No panorama mundial, a década de 50 foi marcada por discussões sobre os objetivos e qualidade dos serviços educacionais especiais. Enquanto isso, no Brasil acontecia uma rápida expansão das classes e escolas especiais nas escolas públicas e de escolas especiais comunitárias privadas e sem fins lucrativos. O número de estabelecimentos de ensino especial aumentou entre 1950 e 1959, sendo que a maioria destes eram públicos em escolas regulares. (Miranda, 2008. p.06)

No que se refere ao panorama da legislação, a educação dos “excepcionais” sofre atraso que reflete no campo educacional, pois a primeira Constituição Brasileira 1891 já declarava "todos são iguaes perante a lei”. Quando se reflete sobre esta determinação da lei, entende que se há igualdade de direito, o acesso à educação deve ser assegurado a todos, independentemente de sua condição física, mental, social. Os “excepcionais” são mencionados cerca de 70 anos através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN, nº 4. 024/61, quando se criou um capítulo destinado aos Excepcionais: “A educação de excepcionais deve, no que fôr possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade”. (art. 88 e 89)

O tratamento ao excepcional também foi fixado no decreto Lei nº 1.044/1969, reforça o direito à educação já considerada na Constituição e o amparo da Legislação ao regime excepcional de classes especiais, dispõe sobre tratamento excepcional para os alunos portadores das afecções. Em sequência na lei nº 5.692/1971 “os alunos que apresentem deficiências físicas ou mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial, de acôrdo com as normas fixadas pelos competentes Conselhos de Educação. (artigo 9º).

O princípio da educação escolar especial aconteceu por meio da criação do IMEX, como já adiantamos anteriormente, surge da cooperação de vários envolvidos, dentre eles profissionais, políticos e familiares, que idealizavam a oportunidade de espaço ao “diferente” na sociedade. Como a professora Arlete Silva Santos e o prefeito municipal Álvaro Otavio Macedo de Andrade (gestão administrativa 1971 a 1973 através da Lei de nº 1459, de 13 de setembro de 1971, vinculado ao Departamento de Educação e Cultura do Município, destinado à educação emendativa aos excepcionais na faixa etária até 18 (dezoito) anos, em seu 3º artigo caracteriza o alunado. Art.3º. Para os efeitos desta lei, consideraram-se excepcionais as criaturas deficientes fisicamente, as mal dotadas mentalmente e os que sofrem carência de quaisquer sentidos humanos, de forma que não tenham condições de se integrarem socialmente, através dos sistemas pedagógicos convencionais). Neste

mesmo ano, se cria também a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais. Arlete motivada e incentivada pela Coordenadora Dulce de Oliveira que implantou o ensino com os surdos em Uberaba/MG, e o prefeito pela experiência vivida por ter um filho que nasceu com deficiência, "ao nascer devido a este fato do cérebro não se desenvolver tornando assim um bebê com microcefalia, totalmente dependente de cuidados, contudo não resistiu a tal situação e faleceu com idade de seis anos (Andrade, 2016). Paniagua (s/d, p.333) "compreender que um filho tem uma deficiência é um processo que vai além do mero conhecimento do fato. Como qualquer acontecimento doloroso, a assimilação dessa situação leva um tempo e, em alguns casos, nunca chega a ser completa".

O trabalho com o surdo era o ensino da oralidade, ou seja, ensinar a comunicação, a "impostação de voz", por mais que no determinado período o país já estava vivenciando outro método era a comunicação total (combinação de sinais, fala, leitura labial e treino auditivo), não existia Língua Brasileira de Sinais como atualmente, era iniciar a criança à falar, as professoras tiveram estágios, cursos em Belo Horizonte na APAE, em Araxá e até mesmo no Rio de Janeiro, na busca de oferecer o melhor aos alunos.

Em 1972, o IMEX foi declarado utilidade pública do município em julho através da lei nº 1534, funcionando em acomodações cedidas pela loja maçônica Estrela Ituiutabana, sendo quatro salas tendo como mantenedora a Prefeitura da cidade. Logo em agosto do mesmo ano, teve suas instalações transferidas para a Rua 28, com melhores acomodações. A Lei nº 1549, de 14 de setembro de 1972 a dispõe sobre a escolha e nomeação de diretor do IMEX, artigo 2º "a nomeação do diretor do Instituto Municipal dos Excepcionais - IMEX, será feito pelo prefeito municipal, mediante a escolha dentre nomes constantes de uma listra tríplice elaborada pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Ituiutaba.

As práticas escolares desses alunos foram possíveis encontrar nos registros existentes na APAE, tais como pasta dos alunos, sendo confirmados pelos depoimentos de alguns professores da época. Como a "Semana dos Excepcionais" que foi discutida em ata "reunião sobre a realização de palestras nas emissoras locais, para instruir a sociedade sobre: causas, consequências, recursos, educação, processos e métodos de terapia. Às professoras de excepcionais: Conferências na sede urbana do Ituiutaba Clube, feitas por pessoas ligadas à APAE, médicos e apresentação de filme científico projetado e comentado pelo psiquiatra Dr. Pedro Mundim, também assistente da escola; Execução de trabalho na parte de Terapia Ocupacional. Às crianças: Trabalhos em madeira, couro, cortiça, argila e tecidos. E os trabalhos manuais das crianças seriam expostos em uma casa de comércio da cidade, no referido ano foi escolhida "Móveis Progresso". Excursão com as crianças no clube campestre "Ipê Country Clube". Realização de mini olimpíada na quadra de esportes do Tiro de Guerra com provas: saltos em altura; salto em extensão; corrida; corrida no saco, corrida com ovo na colher, estourar balões de ar, beber guaraná, morder maçã, furar."

Figura 1. Primeira Mini Olimpíadas dos alunos em Comemoração a 3ª semana do excepcional. Sede do T.G 58, agosto de 1972.



Fonte: Acervo da APAE, 2016

Figura 06 - Desfile em comemoração ao aniversário da cidade Ituiutaba em 16 de setembro de 1972



Fonte: Arquivo pessoal da ex-diretora Arlete Silva, 2016.

As ações realizadas pelo IMEX buscavam o envolvimento de toda cidade, seja por parcerias com empresas, comércio e familiares, de forma que contribuíssem para a formação destas crianças, dado a falta de recurso da época, tudo que era proposto de ações no instituto contava com o auxílio da sociedade, por afinco e amor pela causa do excepcional, até pelo fato das famílias dos alunos não possuírem muito recursos. Tais ações promoveram pouco a pouco a visibilidade da pessoa com deficiência.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho propôs olhar o início de uma história desconhecida, não entendida e "inexistente" de um processo tão importante que é a história de uma instituição especial de ensino, a busca pelo

conhecimento se pauta na determinação e vontade de se querer aprender e contribuir para o aprendizado de outrem, falar de algo desconhecido é como um desencavar o incerto, é como um trabalho arqueológico, descobrindo o novo por meio dos vestígios, cada detalhe tem uma importância, seu valor e assim é possível reconstruir algo precioso, o mesmo refiro ao estudo voltado para a história sobre a educação, o trabalho inicia com muitos desafios, são descobertas no percurso.

Uma retrospectiva do um início de ensino aos as pessoas com deficiência de Ituiutaba, compreendendo o panorama geral do início das instituições voltadas a este público, as primeiras iniciativas existentes mesmo que "precárias", sem recursos, contribuíram para o presente, não somente aos surdos, mas todas as pessoas com deficiências sejam físicas ou intelectuais, houve um começo é isso é valioso, um trabalho de viabilização de um olhar ao diferente e esperançoso. O IMEX abriu as portas para o surgimento de um espaço para o outro, que até então não existia, agentes percursores.

O levantamento documental desafiador, porém, gratificante permitir acessarmos parte dessa história, há muitas narrativas ainda por vir e esse trabalho se propõe a isso, deixar possibilidades para construção e reconstrução da história da educação de Ituiutaba e região.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Declaração de Salamanca: sobre princípios, política e práticas na área das necessidades educativas especiais**. 1994 p.9 e 10

BRASIL. **Decreto nº 142-A**, de 11 de janeiro de 1890. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-142-a-11-janeiro-1890-513198-norma-pe.html

BRASIL. **Decreto n. 1.077**, de 4 de dezembro de 1852. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1077-4-dezembro-1852-558653-publicacaooriginal-81699-pe.html>. Acesso em: 04 janeiro 2016.

BRASIL. **Lei nº 10.436**, de 24 de abril de 2002. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=88B00CAEB4ABD61853E8B5D44E7A0E9F.proposicoesWeb2?codteor=1298503&filename=LegislacaoCitada+-PL+184/2015>>. Acesso em: 04 janeiro 2016.

BRASIL, **Lei Nº 1.044**, de 21 de outubro de 1969. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del1044.htm >> Acesso em: 23 de janeiro 2016

BRASIL. **Lei nº 5692** de 11 agosto de 1971. Disponível em < http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html > Acesso em: 23 de janeiro 2016

FRANCO, Isaura Melo; SOUZA, Sauloéber de Tarsio; RIBEIRO, Betânia de Oliveira Laterza. Movimento Estudantil e Imprensa Escrita em Ituiutaba-Mg (Anos 1950 E 1960). Disponível em: file:///D:/Biblioteca/Downloads/admin,+8007-+Isaura+Melo+Franco,+Saulo%C3%A9ber+Tarsio+de+Souza,+Bet%C3%A2nia+de+Oliveira+Laterza+Ribeiro.pdf. Acesso em 25 de julho de 2025.

FREITAS, Soraia Napoleão, **Doze olhares sobre a educação inclusiva: A formação de professores na educação inclusiva: construindo a base de todo o processo**/ David Rodrigues (org)- São Paulo: Summus, 2006.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **Desafios e dilemas da história oral nos anos 90: o caso do Brasil. História Oral**. São Paulo, nº 1, p. 19-30, jun.1998.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GLAT, Rosana (organização), **Educação Especial no contexto de uma Educação Inclusiva**, Rio de Janeiro, ed: 7 Letras, 2007.

GUARNICA, Antonio Vicente Marafioti. **Algumas notas sobre Pesquisa Qualitativa e Fenomenologia**. Interface - Comunicação, Saúde, Educação. V.1, n.1, 1997.

JANNUZZI, Gilberta de Martino. **A Educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. Campinas, SP. Autores Associados, 2004.

LACERDA, Cristina B.F. de. **Um pouco da história das diferentes abordagens na educação dos surdos**. Disponível em: <http://150.164.100.248/dialogosdeinclusao/data1/arquivos/LACERDA_Historia_Abordagens_Educacionais.pdf>Acesso em 03 de outubro de 2015.

JÚNIOR, Mário Cléber Martins Lanna. **As Primeiras Ações e Organizações Voltadas para as Pessoas com Deficiência**. 28/12/2011. Disponível em: <http://www.bengalalegal.com/asprimeiras-historia-pcd>. Acesso: 23 de janeiro de 2016.

MOURA, Maria Cecília de. **O Surdo: Caminhos para uma nova identidade**. Editora RevinteR Ltda. Ano 2000.

PAULON, Simone Mainieri, **Documento subsidiário à política de inclusão** / Simone Mainieri Paulon, Lia Beatriz de Lucca Freitas, Gerson Smiech Pinho. –Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005.

SOUZA, Sauloeber Tarsio. **O Universo Escolar nas Páginas da Imprensa Tijucana (Ituiutaba-MG - Anos de 1950 e 1960).** Cadernos de História da Educação – v. 9, n. 2 – jul./dez. 2010

STROBEL, Karin Lílian. **A visão história da In(Ex)clusão dos surdos nas escolas**. Educação Temática Digital, Campinas, v.7, n.2, p.245-254, jun. 2006 - ISSN:1676-2592.

POLLAK, M. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos. v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PORTELLI, A. **O que faz a história oral diferente**. Projeto História, n. 14, São Paulo, p. 25-39, fev. 1997.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Terminologia sobre deficiência na era da inclusão**. 2002. Disponível em: <http://saci.org.br/?modulo=akemi&parametro=7483> Acesso em 28 de setembro de 2015.

ROCHA, Solange Maria da. **O Ines e a educação de surdos no Brasil: aspectos da trajetória do Instituto Nacional de Educação de Surdos em seu percurso de 150 anos**. 2. ed. Rio de Janeiro: INES, 2008.

THOMSON, A. Recompondo a memória: **Questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias**. Projeto História, n. 15, São Paulo, p. 51-71, abril 1997.

Projeto Pedagógico da APAE de Ituiutaba. 2012. Disponível em: <http://apaeituiutaba2010.blogspot.com.br/p/projeto-politico-pedagogico-2012.html> Acesso em 26 de janeiro de 2016.

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ituiutaba. Dossiê. Disponível em <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=3BB8C942C28506553 4CC2C1F8BBA9979.proposicoesWeb2?codteor=1170096&filename=Dossie+-PL+5192/1981> Acesso em 24 de fevereiro de 2017.

Memória da Loucura. Disponível em: <http://www.ccs.saude.gov.br/memoria%20da%20loucura/mostra/apresenta.html> Acesso em: 27 maio 2016.

Memorial da Inclusão: Os Caminhos da Pessoa com Deficiência. Disponível em: <http://www.memorialdainclusao.sp.gov.br/br/anexo1/audit43.shtml> Acesso em 26 de maio de 2016.

Instituto Santa Terezinha. Disponível em: <http://www.institutosantateresinha.org.br/quem-somos> Acesso em 26 de maio de 2016.

Instituto Emanuel: Associação de Assistência para Deficientes Auditivos. Disponível em

< http://institutoemanuel.webnode.com.br/lingua-de-sinais/historico-nacional/ > Acesso em 26 de maio 2016.

Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930)
Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz. Hospício de Pedro II. Disponível em
<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/hospedro.htm> Acesso em 27 de maio 2016.

Saúde Mental. Legislação. Disponível em
<http://www.ccs.saude.gov.br/saude_mental/legis/legis3.asp > Acesso em 28 de setembro 2015

Divisão de Educação e Reabilitação dos Distúrbios da Comunicação (DERDIC). Disponível em:
<http://www.pucsp.br/derdic/int_derdic/historia.html> Acesso em 28 de setembro 2015

Comunicação Total. Disponível em:
<http://www.pead.faced.ufrgs.br/sites/publico/eixo7/libras/unidade3/comunicacao_total.htm> Acesso em 02 de março 2017.